

O Estado, o mercado e a floresta

Mary Helena Allegretti

23/3/98
FEXTR 0041

Feliz do país que tem gente disposta a morrer para não ver sua floresta destruída. O Brasil era assim dez anos atrás. Chico Mendes e os seringueiros impediam as derrubadas no confronto direto com os fazendeiros (os famosos empates), nos locais onde as árvores estavam caindo. E as áreas nas quais travaram essa guerra estão cheias de mata até hoje.

Mas a guerra ambiental mudou de local. Não se dá mais na floresta, mas no mercado. E, nessa, a economia dos seringueiros não é competitiva. A escalada dos desmatamentos é proporcional à queda do extrativismo.

Em 1985 a Amazônia teve a maior produção de borracha da sua história: quarenta mil toneladas, empregando diretamente setenta mil pessoas e indiretamente 350 mil, protegendo uma área de 21 milhões de hectares, de forma produtiva, ou seja, gerando emprego e renda. A média anual de desmatamentos, durante os anos 80, foi de 21 mil km² e a da produção de borracha foi de cerca de 35 mil toneladas.

Dez anos depois, em 1995, a produção de borracha caiu para cerca de três mil toneladas, a mais baixa em toda história, e a taxa de desmatamento subiu para cerca de 30 mil km², a mais alta em toda a história. De 1985 a 1990 os seringueiros conquistaram o reconhecimento mundial como protetores da floresta. Mas de 1990 a 1995 perderam o mercado, à medida que o liberalismo se espalhou pelo planeta.

Sarney acabou com a Sudhevea, Collor iniciou a abertura do mercado e Fernando Henrique Cardoso concluiu o processo sancionando a pior política para a borracha nativa em toda a história do país. Mas Sarney compensou criando as reservas extrativistas e Collor e Itamar mantiveram a legislação de proteção à borracha. Fernando Henrique acabou cedendo às pressões das indústrias de pneumáticos e, depois de muitas negociações, manteve preços protegidos por mais oito anos, mas sem nenhum mecanismo que assegure esse benefício aos seringueiros.

Não quero dizer que bastava proteger a borracha para evitar desmatamentos na Amazônia. Mas quero dizer que, quando se tem um aliado na mão, em uma guerra tão difícil como essa, se deve fazer tudo para não perdê-lo.

A qualidade das decisões de um presidente pode ser medida pela postura de seus assessores

diretos. Sarney tinha, na área ambiental, Fernando César Mesquita, que bancou a idéia dos seringueiros, enfrentou a forte pressão do Gabinete Militar e ganhou. No ano passado, a liberação do mercado da borracha foi decidida na Casa Civil e empurrada goela abaixo no Congresso. FHC pode não aceitar a denominação de neoliberal, mas que seus assessores diretos são liberais de última hora são. Se não é competitivo, é atrasado e deve ser eliminado.

A borracha nativa da Amazônia não é competitiva. E daí? É competitivo deixar os malaios tirarem a madeira? Pra quem? Proteger a biodiversidade não é lucro. Mas o arroz japonês também não é e nem por isso desaparece do mercado, assim como tantos outros produtos consumidos pelos europeus e americanos mundo afora. A proteção da Amazônia é estratégica para o país e deve ser feita, mesmo que não seja viável economicamente, sobretudo quando o mercado não tem regras, como acontece hoje.

O que irrita no neoliberalismo tupiniquim predominante em setores do governo Fernando Henrique é a ilusão de achar que podemos competir com os países ricos, só porque somos grandes, temos um futuro promissor e, agora, uma moeda estável. Temos que competir valorizando nossas diferenças e não nivelando por baixo

nossas semelhanças. E nossa grande diferença está nos recursos naturais da Amazônia.

Qual a proposta do governo para controlar os desmatamentos? Eduardo Martins disse, em entrevista à Rádio CBN, que a causa é social e foge da alçada do Ibama. Mas o Ibama é governo, assim como o MMA. Só que a área ambiental do governo não tem a menor articulação e, muito menos, influência sobre a econômica e a política. O que um faz o outro desfaz.

Só existe uma maneira de proteger a Amazônia: valorizando a exploração não madeireira, da borracha nativa às plantas medicinais, o turismo ecológico, científico, de aventura, associados a uma política de incentivo à biotecnologia. Investir agressivamente em ciência e tecnologia e pagar a diferença da conservação. Manejo sustentável da madeira, em uma floresta do tamanho da nossa, só com um Estado regulador e fiscalizador forte e eficiente, que não é o nosso caso. Mercado nenhum vai segurar a floresta.

Wade Davis, etnobotânico formado em Harvard e autor de *One River*, recentemente publicado, escreveu um artigo para a revista *Fortune*, em agosto passado, onde descreve um cenário que poderá vir a ocorrer em breve — o mal das folhas atingindo os seringais de cultivo da Ásia. De acordo com Richard Schultes, diretor emérito do Museu Botânico de Harvard, em cerca de cinco anos o mal estaria disseminado, matando árvores e comprometendo a totalidade da indústria. O artigo salienta uma das fragilidades da economia americana, a dependência da borracha natural, uma vez que até hoje não existe substituto sintético. A solução seriam os híbridos resistentes à praga, cultivados nos EUA, proposta desenvolvida durante a Segunda Guerra Mundial e depois abandonada.

O autor conclui o artigo assim: "Espalhados pelo país, vivendo o fim de suas vidas, estão os homens que, em dado momento, foram enviados à

Amazônia para realizar o impossível. Suas notas de viagens estão depositadas em arquivos e suas coleções descansam em herbários. Não é tarde para retomar seu trabalho, para aplicar a genialidade da ciência agrícola no desenvolvimento de seringueiras resistentes à praga. Só isso poderá pôr fim ao pesadelo que persiste desde o surgimento da indústria da borracha e assegurar o fornecimento..."

Será que precisamos de outro Chico Mendes para mudar a política para a Amazônia e evitar de termos que ir, em futuro breve, aos herbários dos países desenvolvidos para buscar amostras daquilo que hoje temos aqui, em abundância e na forma natural, viva e exuberante?

O neoliberalismo, aplicado ao meio ambiente, acaba com a floresta. Nessa área, o Estado precisa ser forte, subsidiar a conservação, apostar na pesquisa e no longo prazo, valorizando ao máximo a nossa diferença no mercado.

Se o governo quer 10% da Amazônia protegida — é o que vai sobrar ao final, prestem bem atenção — que regularize as áreas ocupadas pelos seringueiros e modernize a produção da borracha, enquanto ainda existe gente disposta a viver na mata. Porque, para evitar a destruição do resto, será necessária uma modernidade que ainda não temos: aquela que resulta do saudável hábito de valorizar nossa identidade de caipiras ou, melhor dizendo, de caboclos, e desconfiar das vantagens irrisórias do livre mercado.

■ Mary Helena Allegretti, antropóloga, é pesquisadora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB e presidente da Comissão Executiva do PV-DF